

Na aurora do Imperialismo: o Império Egípcio do XVI Século Antes de Cristo

Fábio Frizzo*

As oito horas e quarenta e seis minutos daquela terça-feira, um Boeing, que partira de Boston tendo Los Angeles como seu destino, chocou-se contra a torre norte do World Trade Center, em Nova Iorque, dando início ao que ficou conhecido como “ataques de 11 de setembro” do ano de 2001. A partir deste momento, o governo pouco popular do presidente George Bush Jr. ganhou força, o que resultou na execução quase instantânea das políticas neoconservadoras planejadas pelo Partido Republicano.

O aumento da paranóia interna e o endurecimento da política internacional estadunidense, com os bombardeios e invasões do terrorismo de Estado em sua “guerra contra o terror”, marcaram o abandono de um projeto imperialista baseado na expansão do consenso, por meio de uma política multiculturalista¹, em favor da coerção das armas e da ocupação militar dos territórios², passando por cima até mesmo de resoluções da ONU. A partir disto, holofotes deixaram mais claro que os Estados Unidos da América eram e são o mais importante centro do sistema mundial atual.

Uma mudança social de tal magnitude não poderia deixar de afetar, de uma maneira ou de outra, as pesquisas realizadas nas mais diversas partes do planeta. Neste sentido, concordamos com Hall quando este afirma que

“Uma forma de [abordar as mudanças atuais no sistema mundial] é examinar as grandes mudanças do passado. Não as assumindo como idênticas, mas com a pretensão mais modesta de que estudar as mudanças do passado pode levar a algum insight sobre as possíveis mudanças do futuro”³.

Este tipo de análise torna-se ainda mais valiosa para os pesquisadores preocupados com a cons-

trução de um projeto contra-hegemônico, sejam quais forem seus campos de atuação. O que nos leva ao cerne deste artigo, voltar ao Egito da Antiguidade para analisar seu processo de expansão imperial, ocorrido durante o período conhecido como o apogeu daquela civilização, o Reino Novo (1550-1069 a.C.). Todavia, faz-se necessária a atividade prévia de “limpeza do terreno” teórico-metodológico, que envolve conceitos apropriados pelo senso comum e, portanto, de entendimento duvidoso.

Não havia palavras para designar os termos “império” e “imperialismo” na língua egípcia antiga. “Império” deriva do latim *imperium*, que significava o poder político, com base religiosa, a princípio do rei de Roma, mas que passou a ser atribuído a quaisquer governantes habilitados ao comando militar mediante a *Lex curiata de imperio*, votada por uma assembléia (*comitia curiata*). Ainda na época da República, apareceu o termo *imperator*, general investido com o *imperium*. Somente nos séculos I e II d.C. o vocábulo sofreu desdobramentos semânticos, passando a significar também o território dominado por Roma, que tinha a Itália como centro de um espaço hierarquizado. Tal modificação foi, mais tarde, aproveitada pela historiografia para designar este novo período da história latina: o Império Romano.

Mendes, Bustamante e Davidson, apoiados no trabalho de MacComark, afirmam que a estrutura desenvolvida pelo Império Romano sobreviveu na história como um “modelo cognitivo”, servindo para auxiliar na construção de ideologias imperiais através da história – como na da Idade Média, da época napoleônica ou do período vitoriano – e da ficção – a exemplo do império galático dos filmes *Guerra nas Estrelas*⁴. Aproveito para acrescentar, baseado no trabalho de

* Mestrando em História Social do PPGH-UFF e integrante do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (CEIA-UFF).

¹ Sobre esta aparente contradição entre expansão do consenso e multiculturalismo, ver JACOBY, Russel. O Mito do Multiculturalismo. _____. *O Fim da Utopia: Política e Cultura na Era da Apatia*. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001. pp. 49-95.

² RAMPINELLI, Waldir. Imperialismo: ele ainda existe? *História e Luta de Classes*, n. 5, Abril, 2008, p. 95.

³ HALL, Thomas. “World-Systems and Evolution: An Appraisal”. KARDULIAS, Nick. (org.). *World-Systems Theory in Practice. Leadership, Production, and Exchange*. Lanham-Boulder: Rowman & Littlefield Publishers, 1999, p. 6.

⁴ MENDES, Norma; BUSTAMANTE, Regina; DAVIDSON, Jorge. A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas. *Tempo*, Vol. 9, n. 18, Junho, 2005. p. 19.

Thompson sobre o conceito de classe, uma utilização correlata do termo império “... *como uma característica heurística ou analítica, recurso para organizar uma evidência histórica...*”⁵.

Os dicionários atuais da língua portuguesa ligam o termo “imperialismo” a “império”. Apesar da obviedade contemporânea da relação entre estes vocábulos, uma das primeiras utilizações de “imperialismo” foi no início do século XX, pelo economista inglês J. A. Hobson, no livro *Imperialism. A Study*, descrevendo o fenômeno da dominação mundial britânica. Segundo Hobson, enquanto os impérios antigos e medievais estavam ligados a uma federação de Estados submetida a uma hegemonia que cobria boa parte do “mundo conhecido”, o imperialismo contemporâneo seria internacionalista, por ter sido adotado por várias nações simultaneamente. Além disto, o autor britânico fazia uma distinção entre imperialismo e colonialismo, este último contando com a migração e instalação de um número considerável de colonos.

A vertente marxista de análise dos impérios iniciou-se com os próprios pais fundadores desta corrente de pensamento. Marx e Engels se interessaram pelos mais diferenciados exemplos imperiais: o romano, o hindu antigo, o mongol, o manchu chinês e, como não poderia deixar de ser, o imperialismo europeu deles contemporâneo.

Apesar dos trabalhos de Marx e Engels, certamente o mais conhecido marco da teoria marxista sobre o assunto foi a brochura escrita por Lênin durante seu exílio em Zurique, no ano de 1916, intitulada *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, na qual nota o desenvolvimento de um mercado mundial aberto aos investimentos financeiros das grandes potências capitalistas. Por sua concentração nos impérios do mundo contemporâneo, a obra de Lênin não nos é tão valiosa neste estudo. Contudo, a partir deste enfoque, décadas mais tarde apareceu o trabalho do sociólogo Immanuel Wallerstein, materializado em sua obra *The Modern World-System*, que, apesar de constituir uma crítica anti-sistêmica, sofreu censuras dos marxistas mais ortodoxos sob o argumento de que estimulava o esquecimento das lutas de classe internas às nações por ver o nascimento do capitalismo a partir de uma relação entre Estados.

O sistema-mundial de Wallerstein teria aparecido com o capitalismo, por meio de uma hierarquização do espaço relacionada à divisão do trabalho na produção e ao fluxo de mercadorias. Segundo ele,

5 THOMPSON, Edward. Sobre Classe e Falsa Consciência. _____. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Edit. Unicamp, 2007. p. 272.

6 WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2001. p. 28.

“Esta hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em critérios distributivos (níveis de renda real, qualidade de vida), mas também, de modo ainda mais importante, nos loci da acumulação de capital”⁶.

Wallerstein completa seu modelo afirmando que as direções geográficas das cadeias mercantis não se estabelecem de forma aleatória, seu sentido é centrípeto. Os pontos de origem são múltiplos, mas a produção acaba convergindo para poucas áreas.

O modelo centro-periferia, forma pela qual foi generalizada a teoria do sistema-mundial, foi utilizado primeiro para analisar os impérios construídos com as grandes navegações do século XVI e suas relações metrópole-colônia. Nos primeiros estudos, a periferia foi vista a partir de uma submissão completa, o que foi contestado pelos pesquisadores destas localidades. As ações afirmativas da periferia passaram a demonstrar que não há uma imposição completa da cultura central, mas uma construção conjunta que leva em consideração as respostas e resistências complexas elaboradas pelas zonas periféricas.

Devido às numerosas interpretações baseadas na idéia do sistema-mundial, Hall preferiu defini-lo como um paradigma que comporta várias teorias⁷, o que proporciona a possibilidade de aliá-lo com o materialismo histórico. De maneira geral, os princípios invioláveis do sistema foram expostos por Chase-Dunn como: 1. sociedades são fortemente pressionadas e afetadas por suas interações com outras; 2. o sistema mundial moderno foi estruturado como uma hierarquia centro-periferia na qual Estados centrais militar e economicamente poderosos exploram regiões periféricas menos poderosas⁸.

Na área específica da História Antiga o imperialismo é um conceito há muito discutido. Uma definição confessadamente pouco precisa e mais próxima do senso comum estabelecido hoje sobre o entendimento do termo é a de Finley:

“Um historiador pode chamar corretamente um Estado de 'imperialista' se ele exerceu autoridade em qualquer período sobre outros Estados (ou comunidades ou povos) para propósito e vantagens próprias, sejam elas quais forem”⁹.

Um conceito mais fechado, acompanhado, por exemplo, de uma aproximação mais estreita com a teoria centro-periferia, foi feito por Guarinello:

7 HALL, Thomas. *Op. Cit.* p.2

8 CHASE-DUNN, Chris. “Foreword”. In: KARDULIAS, Nick (org.). *Op. Cit.* pp. xi-xii.

9 FINLEY, Moses. “Empire in the Greco-Roman World”. *Greece & Rome*, vol. 25, n. 1, Abril, 1978. p. 1.

“O imperialismo antigo manifesta-se através do estabelecimento de um diferencial de poder, obtido ou não por meio da ação militar direta (...) e que proporciona um fluxo centrípeto de bens para a cidade-Estado em expansão. Trata-se assim da relação entre um centro acumulador (...) e uma periferia submetida e explorada. As categorias de vantagens materiais e imateriais que compõe tal fluxo, bem como as modalidades de expressão e exercício de tal poder, podem variar profundamente no tempo e no espaço”¹⁰.

Como pode ser inferido a partir da citação acima, a despeito da afirmação de Wallerstein de que seu sistema-mundial só tenha aparecido junto com o capitalismo, o modelo conceitual foi apropriado para a Antiguidade, através da relação centro-periferia, para explicar os modos de incorporação e resistência entre as sociedades. Neste sentido, Hall concorda com Mendes ao afirmar que há necessidade de transformar qualquer suposição sistemática em um problema empírico e histórico, o que levaria a uma adaptação de conceitos¹¹.

O Exemplo do Imperialismo Egípcio do Reino Novo

O Reino Novo (1550-1069 a.C.) manifesta, antes de qualquer outra coisa, as conseqüências da ocupação parcial do Egito pelos asiáticos hicsos por mais de um século. Uma das conseqüências deste processo foi a de que, pela primeira vez em sua história, o Egito antigo equiparou-se tecnologicamente à Ásia Ocidental.

Houve um avanço da urbanização. O Estado, compreendido por palácios e templos, enriqueceu mediante o crescimento interno e o aumento dos tributos externos. Iniciou-se um processo de militarização, com o surgimento de um exército profissional, e, conseqüentemente, apareceu uma nova forma de remuneração, baseada na concessão de pequenas parcelas de terra – propriedades privadas em alguns casos –, o que mais tarde foi estendido a outras funções.

Todas estas questões da sociedade são influenciadas e ao mesmo tempo influenciam o processo de imperialismo que se desenvolve no Reino Novo.

Segundo António Tavares, “... só no *Império Novo*, o Egito foi verdadeiramente “império”. Nos períodos anteriores, esteve mais voltado para si mesmo do que para o exterior”¹².

Buzby divide o imperialismo egípcio em três fases principais. A primeira compreenderia a expulsão dos hicsos, a reconquista da parte da Núbia¹³, que estivera sob o domínio do Egito em períodos anteriores, e o controle sobre as rebeliões internas. A segunda fase seria caracterizada por uma expansão militar agressiva e pelo rápido crescimento iniciado no reinado do faraó Amenhotep I. Esta etapa, que teria como mote o aumento das fronteiras, termina com o reinado de Thotmés III, no qual o Egito já alcançava o Eufrates. A terceira fase seria centrada na manutenção do império, característica do reinado de Amenhotep II¹⁴. Betsy Bryan concorda com Buzby em que, a partir do fim do governo individual de Thotmés III a paz já era eminente, apesar deste faraó ter se esmerado na conquista de espólios de guerra e de rotas comerciais antes dominadas por sírios, cipriotas, palestinos e egeus¹⁵.

O início deste processo de expansão imperial levou a mudanças na figura do rei, conforme apontado por Vercoutter:

“O Egito conhece de novo um regime fortemente centralizado (...); mas o faraó já não é uma divindade inacessível: desde a sua mais tenra idade forma-se no ofício das armas, é um rei-soldado pelo menos tanto quanto um rei-deus, e a administração do país ressent-se das atividades militares de seu chefe”¹⁶.

As atribuições régias estavam, portanto, intimamente ligadas às questões militares, mas também à ideologia dos egípcios. Neste sentido, a sujeição dos inimigos tinha um papel no drama cósmico, no qual o rei deveria manter a ordem contra o caos. A existência de um deus sol, mantenedor do universo organizado, implicava em um rei, herdeiro desta divindade, conquistador dos estrangeiros, vistos, em boa parte do Reino Novo, como agentes do caos. Aos deuses interessava principalmente controlar terras, que produzissem para seus templos e cultos. A posse destas terras era justificada por um contrato pelo qual o faraó dava aos deuses templos e oferendas e recebia em troca a garantia de seu poder universal, da sua riqueza e boa fortuna¹⁷.

10 GUARINELLO, Norberto. *Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Editora Ática, 1994. p. 11-12.

11 HALL, Thomas. *Op. Cit.* p. 7.

12 TAVARES, Antonio. *Impérios e Propaganda na Antiguidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1988. p. 44.

13 O nome Núbia, de origem medieval, serve para designar os territórios situados ao sul do antigo Estado egípcio, que os antigos egípcios denominavam *Uauat* (da primeira à terceira catarata do Nilo) e *Kush* (entre a terceira e a quarta catarata do mesmo rio).

14BUZBY, Russel. *Imperialism in Early New Kingdom Egypt*. Sidney: Kaleidoscope Eyes, 2002. pp. 1-18. Retirado do endereço <http://www.sydney.nsw.edu.au/CollegeSt/extension/Oct02/Buzby.pdf>,

acessado em 12/07/2007.

15 BRYAN, Betsy. “The Eighteenth Dynasty before the Amarna Period c.1550 - 1352 BC”. In.: SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. New York: Oxford University Press, 2000. pp. 235-240.

16 VERCOUTTER, Jean. “O Egito até o fim do Império Novo”. In: LÉVÊQUE, Pierre. *As Primeiras Civilizações. Volume I: os Impérios do Bronze*. Lisboa: Edições 70, 1998. p. 192.

17 KEMP, Barry. “Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (c. 1575-1087 B.C.)”. GARNISAY, P. & WHITTAKER, C. (orgs.). *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. pp. 7-57. A citação é das pp. 8-11.

A justificação ideológica da posse das terras estrangeiras leva-nos a uma questão não consensual entre os estudiosos. O'Connor divide as posições dos egiptólogos em duas vertentes¹⁸. A primeira, que podemos chamar de materialista, percebe mudanças na ideologia decorrendo da vida política e das experiências da elite e, principalmente, do faraó. Sendo assim, a função religiosa da expansão seria de fato uma justificativa para esta. Kemp, por exemplo, afirma que o mando divino das campanhas militares esconde a verdadeira causa desta nas fontes¹⁹. A segunda, que pode ser chamada de idealista, defendida por O'Connor, acredita que a evolução na ideologia é produto de uma especulação teológica e de uma mudança de crenças, a que respondem as situações políticas.

A discussão entre o que chamei de posições materialistas e idealistas parece-me insuficientemente dialética ao propor o primado da materialidade nas relações sociais sobre as representações ideológicas, ou vice-versa. Acredito ser muito mais profícua uma posição que considere os aspectos materiais e ideológicos da questão no mesmo patamar, interagindo de forma dialética ao invés de por meio de determinações unívocas.

Partindo de uma posição materialista, Kemp acredita haver uma contraparte ritualizada do mundo real, uma dimensão similar àquela em que operava a religião egípcia. As lutas do rei no mundo real seriam ressignificadas a partir de sua tradução para uma dimensão cósmica. Isto levava a representações que apresentavam o mando egípcio sobre o mundo como um fato dado. Neste contexto, as relações entre o Egito e os outros territórios só pode ser aquela entre senhor e vassalo, manifestada mediante o envio de tributos por reis ao faraó²⁰.

Ainda que não determinante, o caráter ideológico por trás do expansionismo imperialista egípcio tem fundamental importância. Outrossim, o culto de Amon-Rá foi a principal força religiosa do Reino Novo, responsável pelo desenvolvimento da base ideológica do imperialismo através dos mecanismos que já observamos. Mesmo a partir de sua visão materialista, Kemp não descarta a importância da religião na tomada de decisões, mostrando que os oráculos tinham grande influência nas decisões pessoais e na ratificação das políticas estatais no Reino Novo. A força do culto de Amon e de seu oráculo também é demonstrada por Buzby. Todavia, esses dois autores destoam em relação à influência do culto de Amon na política ex-

terna. Enquanto Kemp mostra que não há provas da influência de fato do oráculo, Buzby acredita que o controle deste pelos sacerdotes de Amon servia à manipulação do faraó, que deveria consultá-lo antes de iniciar qualquer campanha militar²¹.

Ao término da segunda fase imperial, aquela de expansão militar agressiva, o Egito já tinha alcançado o *status* de núcleo de um sistema centro-periférico, que incluía boa parte da região conhecida como crescente fértil. Tal posto foi atingido pela presença de uma elite, que se tornou consumidora de recursos de outros grupos político-econômicos mediante uma série de mecanismos de exploração, direta ou indireta.

O sistema não era controlado somente pela elite egípcia, que tinha, entretanto, hegemonia sobre as classes sociais dominantes das regiões submetidas. Segundo Rowlands, para definir uma formação econômico-social como periferia seria necessário que a elite local dependesse da rede de alianças para se manter no topo da hierarquia e que os custos para a manutenção desta posição hierárquica fossem distribuídos de forma desigual, seja em termos da taxa de exploração local ou de custos para manutenção das alianças externas dessas elites²².

Wallerstein sustenta que as elites das zonas periféricas, pelo menos em um primeiro momento, aproximam-se da ideologia central, distanciando-se dos interesses de suas sociedades²³. Nestes casos, a apropriação da ideologia desenvolvida no núcleo do sistema serviria como forma de diferenciação social dentro das próprias áreas periféricas. Um argumento mais materialista seria o de que para se apropriarem do excedente, as elites periféricas necessitam de um volume maior de riqueza produzido do que a elite central, o que acaba resultando na dependência das primeiras em relação à segunda.

A apropriação da visão de mundo egípcia pelas elites periféricas fica clara ao destacarmos o fato de que príncipes destas elites eram educados na corte do faraó. Além disto, foram encontradas diversas tumbas com múmias negras de nobres núbios enterrados conforme os costumes.

Em artigo paradigmático sobre o imperialismo egípcio, Kemp afirma que há uma diferenciação entre a expansão em direção à Ásia Ocidental e aquela voltada para a Núbia²⁴. O egiptólogo aponta dois interesses básicos na conquista e controle de um local: o

18 O'CONNOR, David. "The City and The World: Worldview and Built Forms in the Reign of Amenhotep III". In: _____ & CLINE, Eric H. *Amenhotep II: Perspectives on His Reign*. Michigan: The University of Michigan Press, 1998. pp. 125- 172. A citação é das pp. 131-141.

19 KEMP, Barry. *Op. Cit.* pp. 11-12.

20 KEMP, Barry. *Op. Cit.* p. 13-14.

21 Cf. KEMP, Barry. *Op. Cit.* p. 18. & BUZBY, Russell. *Op. Cit.* p. 4.

22 ROWLANDS, M. "Centre and Periphery: a review of a concept".

LARSEN, M. e KRISTIANSEN, K (eds). *Centre and Periphery in the Ancient World*. London: Cambridge University Press, 1987. p. 4.

23 WALLERSTEIN, Immanuel. *Op. Cit.* p. 72.

24 KEMP, Barry. *Op. Cit.*

primeiro seria o retorno econômico, que era observado no sul através do controle de minas de ouro e importantes rotas comerciais, enquanto no norte estava mais ligado aos espólios de guerra e às taxas cobradas aos conquistados; e o segundo interesse seria a busca do prestígio político e militar por uma aristocracia, o que teria culminado na ascensão do general Horemheb ao trono, no fim da XVIIIª Dinastia. Na Núbia, para além da glória militar, a administração civil também teria sido fonte de poder político.

Kemp baseia sua explicação para o imperialismo direcionado à Núbia no desenvolvimento, a partir da reunificação do Egito, de um ímpeto conquistador burocrático-militar²⁵, já que sua teoria sobre a colonização da Baixa Núbia afirma que esta região não proporcionava ganhos econômicos para o centro do império, causando-lhe, pelo contrário, evasão de recursos. Para ele, os tributos recolhidos nos territórios núbios submetidos ao Egito eram redistribuídos localmente²⁶. Além disto, afirma que na Ásia Ocidental a força da cultura e a relativa sofisticação da sociedade não teriam permitido o estabelecimento de colônias. Ali, o senso de poder egípcio vinha da tentativa de derrotar fortes exércitos e talvez ainda mais da participação como maior potência nas relações internacionais, que levava a trocas de “presentes”, juramentos de vassalagem e outras formas de submissão.

O modelo utilizado por Kemp para definir as ações egípcias na Núbia não nos parece ser o mais adequado. Portanto, partamos para as críticas a ele. Primeiro, o argumento de que as trocas de presentes só se davam no norte é invalidado pela idéia de que esta era a forma dominante de comércio entre os primeiros Estados e pelo fato de que a ideologia faraônica dificultava a separação entre tributo e presentes, já que o vocábulo na língua egípcia era o mesmo para os dois.

Em segundo lugar, o trabalho de Kemp participaria de uma corrente que, segundo Morkot, simplificaria ao extremo as relações entre Egito e Núbia, incorporando preconceitos do século XIX²⁷. Se a defesa de um modelo que não rende ganhos ao centro do império é fruto de um pensamento que busca justificar socialmente a expansão imperial, a posição de Kemp no relativo a uma suposta cultura menos sofisticada na Núbia do que na Ásia Ocidental contém, segundo Ciro Cardoso:

“... uma suposição, com conotações racistas, relativa ao “atraso” da Núbia e seus principados negros (...). Na atualidade se percebe, pelo contrário, uma similaridade em linhas gerais na forma de relacionarem-se os egípcios com as suas áreas de expansão tanto asiáticas quanto africanas, o que supõe um papel muito mais ativo (e diversificado) para os núbios incorporados ao domínio egípcio do que sua simples submissão”²⁸.

Ainda que carregada de preconceitos, a afirmação de Kemp de que havia uma diferença na maneira de dominar é correta para a relação entre o Egito e, por um lado a Ásia Ocidental e, por outro, a Baixa Núbia. Segundo Smith:

“... a Baixa Núbia era, pelo menos administrativa e culturalmente, uma parte do Egito [...]. Esta visão contrasta com aquela da Síria-Palestina, que nunca foi pensada como uma parte deste...”²⁹.

Na Síria-Palestina não houve uma tentativa séria de impor um modo de vida, ao contrário da Baixa Núbia, que teve seu sistema civil, econômico e religioso moldado conforme o egípcio. Além disto, indícios mostram que o funcionário egípcio responsável por administrar a Núbia, o vice-rei conhecido como “Filho Real de Kush”, tinha autoridade também sobre a porção sul do Alto Egito, no que parecia ser uma forma burocrática de manter a região de extração aurífera dentro de uma só instância administrativa.

A anexação da região de Uauat demonstra uma preocupação especial dos egípcios para com aquele território. Aqui aparece a grande singularidade da dominação daquela área em relação às outras submetidas ao Egito. A partir de sua reconquista, a Baixa Núbia passou a ser alvo de uma política especial de ocupação, que contou com várias iniciativas que visavam à integração econômica e cultural, por exemplo a cobrança de corvéia e a construção de templos egípcios.

A importância estratégica dessa ocupação parece ser, atualmente, quase consenso entre os egiptólogos³⁰. Ao contrário do que pensa Kemp, a política do Reino Novo na Baixa Núbia não serviu para drenar recursos estatais, mas “... como um meio de financiar a infra-estrutura imperial para a exploração de recursos de luxo, como ouro e bens comerciais exóticos”³¹. Dentre tais recursos luxuosos, o ouro teve papel “...

25 *Idem*, *Ibidem*. p. 20.

26 *Idem*, *Ibidem*. p. 33.

27 MORKOT, Robert. “Nubia in New Kingdom: The Limits of Egyptian Control”. DAVIES, W.. (Edit.). *Egypt in Africa. Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum Press, 1991. p. 294.

28 CARDOSO, Ciro. *Comparação de Dois Impérios Nilóticos: o Egito na Núbia e a Núbia no Egito (séculos XVI-VII a.C.)*. (Texto inédito cedido pelo

autor). pp. 1-2.

29 SMITH, Stuart. *Askut in Núbia: the economics and ideology of Egyptian imperialism in the second millenium B.C.*. London: Kegan Paul International, 1995. p. 180.

30 Concordam nesta posição MORKOT, SMITH, CARDOSO, BRYAN e MANLEY.

31 SMITH, Stuart T.. *Op. Cit.* . p. 175.

32 *Idem*, *Ibidem*. p. 16.

fundamental na manutenção das relações políticas e econômicas do Egito no Oriente Próximo”³².

O fluxo centrípeto de bens de luxo foi apontado por Rowlands como sendo o principal interesse das elites centro-imperiais, já que o transporte de commodities por grandes distâncias no mundo antigo tinha altos custos³³ – ainda que no Egito isto fosse reduzido pela presença do Nilo.

As fontes demonstram claramente aspectos da dominação imperial como o pagamento de impostos e o envio de riquezas, como é possível observar no seguinte trecho da tumba de um vice-rei da Núbia:

*“Sua Majestade que se encontra na Residência de Tebas no grande púlpito para proclamar as maravilhas de seu exército (...) quem esteve de pé na presença de sua Majestade apresentando o tributo das terras estrangeiras do sul perante este bom deus. (...) Aqueles carregados com ouro (200 homens); aqueles carregados com ouro (150 homens); (...) aqueles carregados com marfim (340 homens); aqueles com ébano (1000 homens)”*³⁴.

Por outro lado, a correspondência encontrada em um arquivo palaciano do faraó Amenhotep IV/Akhenaton, conhecida como “Cartas de Amarna”, dá um panorama das relações internacionais da época, retratando as trocas entre o faraó e outros chefes de povos do Oriente Próximo. Esta fonte epistolar demonstra a importância das riquezas conseguidas em Uauat, entre outros locais, para a manutenção do império, conforme observado neste trecho escrito por um líder asiático: *“Envie-me muito ouro. E tu, por tua parte, o que quiseres de meu país, escreva-me que será levado a ti.”*³⁵

Kardulias foca seu estudo do sistema centro-periferia do mundo egeu da Idade do Bronze na atividade econômica³⁶. Para o caso da expansão egípcia para a Núbia, Kemp discorda da centralidade desta e propõe que o ímpeto imperial naquela situação era movido por uma mentalidade “escriva” e burocrática, já que a renda conquistada na região era redistribuída localmente³⁷. Todavia, preferimos seguir o modelo proposto por Smith, que, próximo à posição de Kardulias, vê na atividade econômica o principal caráter do imperialismo egípcio na Núbia³⁸.

Smith concorda com Kemp, contudo, ao afir-

mar que as fortalezas construídas pela ocupação egípcia da Núbia no Reino Médio foram utilizadas como base da nova expansão. Neste ponto vai além e propõe que a anexação da Baixa Núbia só foi possível devido aos expatriados egípcios que permaneceram lá desde o Reino Médio e, posteriormente, facilitaram a difusão da cultura egípcia³⁹. Smith afirma que a colonização da região fazia parte de uma estratégia de minimização de custos da dominação, já que, para ele, *“uma Núbia colonizada deveria dar conta de uma parte considerável, se não de todo o custo da manutenção imperial”*⁴⁰.

Apoiado nas pesquisas de D'Altroy e Earle, Smith faz uma diferenciação entre riqueza e finança básica. No caso da Núbia, a riqueza incluiria vários bens de luxo, madeira, pedras preciosas e minerais de valor, principalmente ouro. Já a finança básica ficaria por conta de bens de subsistência como grãos e gado. Segundo este modelo, utilizava-se em Uauat a finança básica para manter a administração local – no esquema de redistribuição apontado por Kemp –, enquanto a riqueza era empregada para dar suporte a funções centralizadas do Estado, local ou inter-regionalmente, financiando a expansão e manutenção do império⁴¹. Neste modelo, tanto as elites quanto a população local se beneficiavam: a primeira com as vantagens do patronato imperial; e a segunda aproveitando-se dos silos estatais no caso de fome ou escassez.

Conforme visto acima, a colonização serviria para minimizar os custos da exploração. Neste sentido, investiu-se na egipcianização da Baixa Núbia, ainda que seja necessário explicar que tal conceito não aponta para uma via de mão única com a imposição da cultura central na área periférica, já que mudanças em qualquer região do sistema ocasionariam modificações na totalidade deste. Hall afirma que a alteração em uma região semiperiférica – que desfrutava de algumas benesses sem arcar com certos custos – que goze da vantagem de uma posição geopolítica favorável pode ter papel fundamental na mudança do sistema⁴². Com isto, aponta para a necessidade de estudar os diferentes níveis de incorporação das áreas periféricas e suas consequências sistemáticas.

Quais razões poderiam levar, entretanto, um centro a estabelecer com uma região um tipo específico de relação que transforme em semiperiférica tal localidade? A necessidade de manter um controle inten-

33 ROWLANDS, M. *Op. Cit.* p. 5.

34 CUMMING, Barbara. *Egyptian Historical Records of The Later Eighteenth Dynasty*. England: Aris & Phillips, 1984. Fascículo 1 pp. 46-47.

35 MORAN, William. (Trad. e Edit.) *The Amarna Letters*. Baltimore-London: Johns Hopkins University Press, 1992. Carta EA 9, p. 18.

36 KARDULIAS, Nick. “Multiple Levels in the Aegean Bronze Age World-System”. _____. (Edit.) *Op. Cit.* pp. 179-201.

37 KEMP, Barry. *Op. Cit.* p. 33.

38 SMITH, Stuart. *Op. Cit.* p. 22.

39 *Idem, Ibidem.* p. 148.

40 *Idem, Ibidem.* pp. 6-7.

41 *Idem, Ibidem.* p. 19-21. Esta diferenciação está ligada ainda à distinção entre os tipos de taxas cobradas na Baixa Núbia. Segundo Smith, o tributo conhecido por inu era enviado direto ao tesouro real, enquanto o b3kwt era entregue aos templos e por eles utilizados na redistribuição local.

42 HALL, Thomas. *Op. Cit.* p. 13.

so sobre a área da Baixa Núbia, a impossibilidade de estabelecer uma submissão calcada primariamente na coerção militar em todas as áreas periféricas e o desejo de diminuir os custos da dominação eram razões mais do que suficientes para o Estado faraônico. O fato de que as áreas periféricas não agem de forma passiva leva-nos a pensar na incorporação das elites destas regiões à lógica de dominação do sistema centro-periferia. Tais elites não eram simplesmente submissas, buscavam, pelo contrário, conseguir vantagens.

A habilidade das elites periféricas em buscar vantagens para seus grupos por meio de negociações com o centro descortina relações de dominação mais flexíveis do que as de uma submissão unilateral. A partir destas negociações das elites surge o conceito de “periferia negociada”⁴³. Neste sentido, as elites de áreas semiperiféricas seriam capazes de negociar com as áreas centrais, beneficiando-se com a dominação e fortalecendo seu poder sobre os outros grupos da região. Cardoso aponta tanto para o caráter semiperiférico da Baixa Núbia em relação ao Egito, quanto para a possibilidade da utilização do conceito de “periferia negociada”⁴⁴. Afinal, segundo Robert Morkot, há boas razões para supor que a burocracia do vice-reinado da Núbia era largamente controlada por famílias da elite local, sendo somente os altos funcionários escolhidos diretamente dentre os egípcios⁴⁵.

O Egito como Potência Hegemônica na Idade do Bronze

A partir do estabelecimento do Egito como núcleo de um sistema centro-periférico no Oriente Próximo da Idade do Bronze, acreditamos na possibilidade de utilizar o conceito de “potência hegemônica ou grande potência”, desenvolvido por Gramsci, para definir o Egito e sua relação com as áreas dominadas no Reino Novo. Para Gramsci, “a grande potência é potência hegemônica, líder e guia de um sistema de alianças e de pactos com maior ou menor extensão”⁴⁶. No mesmo parágrafo, o militante sardo aponta os

“Elementos para calcular a hierarquia de poder entre os Estados: 1) extensão do território, 2) força econômica, 3) força militar. O modo através do qual se exprime a condição de grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e

repercuta sobre os outros Estados...”⁴⁷.

Fontana lembra outro aspecto citado por Gramsci: o tamanho da população⁴⁸. Estes elementos são fundamentalmente calculados na perspectiva de uma guerra, já que sua superioridade em um Estado pode determinar a vitória deste. A segurança de vitória, segundo Gramsci, “... significa dispor de um potencial de pressão diplomática de grande potência, isto é, significa obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem necessidade de combater”⁴⁹.

É importante ressaltar que o próprio Fontana aponta para a possibilidade da utilização do conceito de “potência hegemônica” na História Antiga, citando o caso de Atenas na Liga de Delos, quando a cidade-Estado tentou relacionar seu poder material a princípios intelectuais e morais. A supremacia segura nos quatro aspectos apontados por Gramsci teria garantido ao Egito a possibilidade de tornar-se um centro imperial. Para isto, a dominação da Baixa Núbia fora fundamental. Suas minas de ouro teriam tornado o reino faraônico a grande potência econômica do Oriente Próximo. Com isto, teria aumentado também a força militar, para o que contribuíram da mesma forma os habitantes da região, obrigados, como os egípcios, a pagar corvéias militares. A força econômica, igualmente, passou a ser usada como forma de pressão diplomática sobre as cidades-Estado e povos do norte, por exemplo.

Em relação a Uauat, a estratégia de redução de custos através da egípcianização associa-se também à tentativa de construção de um consenso, no sentido gramsciano, mediante a expansão da ideologia egípcia. Quanto à tentativa de criação de uma dominação baseada na hegemonia⁵⁰, concordam pesquisadores de períodos pré-capitalistas:

“Outro problema é se a exploração depende necessariamente da coerção. Em períodos de crise, este é o caso indubitavelmente. Mas em circunstâncias mais estáveis, a repressão pode ser mais seguramente baseada no estabelecimento de uma hegemonia de interesses compartilhados e na crença nos benefícios da manutenção da ordem estabelecida”⁵¹.

Conclusão

Da Antiguidade, sem dúvida, os impérios mais conhecidos são o romano e o macedônio, sendo

43 KARDULIAS, Nick P. “Preface”. In: _____. (Edit). *Op. Cit.* p. xviii.

44 CARDOSO, Ciro. *Comparação de dois impérios...* *Op. Cit.* p. 8.

45 MORKOT, Robert G. *Op. Cit.* p. 299.

46 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. pp. 55.

47 *Idem*, *Ibidem*, p. 55.

48 FONTANA, Benedetto. “Hegemonia e Nova Ordem Mundial”. In: _____. (Edits.) *Op. Cit.* Sem página indicada.

COUTINHO, C. & Teixeira, A. (org). *Ler Gramsci, Entender a Realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 113-125 (citação da página 120).

49 GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.* p. 55.

50 Conceito que obviamente necessita de uma adaptação, já que as sociedades antigas estavam mais próximas do que Gramsci chamou de “sociedades orientais”, com uma sociedade civil gelatinosa.

51 ROWLANDS, M. LARSEN, M. KRISTIANSEN, K. “Preface”. In: _____. (Edits.) *Op. Cit.* Sem página indicada.

o egípcio, anterior aos dois, esquecido na maioria das vezes. O primeiro impulso para escrever este artigo veio justamente do questionamento do senso comum acerca da existência de um império faraônico no sentido mais estrito do conceito. Neste sentido, para concluir, apoiar-nos-emos nas cinco características ressaltadas por Mendes, depois de Barfield, necessárias à construção de um governo imperial complexo ou de um sistema centro-periferia⁵²:

1) *Existência de um sistema administrativo para explorar a diversidade, seja econômica, política, religiosa ou étnica.* O império egípcio era formado por uma heterogeneidade de formações econômico-sociais e a administração central era pensada justamente para tirar proveito desta multiplicidade.

2) *Estabelecimento de um sistema de transporte destinado a servir ao centro imperial militar e economicamente.* Esta característica era, certamente, o menor dos problemas do império egípcio, já que este era atravessado de alto a baixo por águas navegáveis.

3) *Criação de um sofisticado sistema de comunicação, que permita administrar diretamente do centro todas as áreas submetidas.* O fluxo direto de informações era mantido pelas vias de transporte através de correspondência, como demonstrado pelas “Cartas de Amarna”.

4) *Manutenção do monopólio da força dentro do território imperial e sua projeção frente às regiões internas.* Conforme a divisão feita por Buzby, num segundo momento, o império egípcio concentrou-se em manter o monopólio da força dentro de seu território.

5) *Construção de um “projeto imperial” que impõe certa unidade através do império.* Este último elemento fica claro a partir, por exemplo, da construção de templos egípcios nas áreas dominadas, como estratégia de difusão da ideologia central.

O segundo impulso para escrever este artigo – que move minha pesquisa de mestrado – é aquele expresso no início do texto: esperar que o estudo histórico de um dos primeiros sistemas imperiais da humanidade ajude na compreensão de alguma constante dos sistemas centro-periféricos que possa ser utilizada na construção de um projeto contra-hegemônico, o que, nas palavras de Wallerstein, seria uma ação anti-sistêmica ou revolucionária.



Retirado de www.izio.org.za/.../history_new_kingdom.htm, acesso em 04/10/2008.